



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/2003-TCM**

Disciplina os requisitos e documentos que devem conter os processos objetivando o exame de legalidade dos atos da administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, referentes à admissão de pessoal, a qualquer título, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, tendo em vista a legislação pertinente e o disposto na Lei Complementar nº 025/94, e dá outras providências.

**O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso da competência prevista no artigo 25, inciso IV, da Lei Complementar nº 025, de 05 de agosto de 1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas) e no artigo 55, inciso IV, do Regimento Interno, aprovado pelo Ato nº 09, de 09 de fevereiro de 1995;

**CONSIDERANDO** que a Constituição Estadual, de 05 de outubro de 1989, no seu artigo 116, inciso III; a Lei Complementar nº 025, de 05 de agosto de 1994 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), no seu artigo 24, inciso II; o Regimento Interno do Tribunal, aprovado pelo Ato nº 09, de 09 de fevereiro de 1995, no seu artigo 3º, alínea “c”, atribuem competência ao Tribunal de Contas para apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como as concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, das unidades dos Poderes dos Municípios e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;

**CONSIDERANDO** a necessidade de uniformização dos procedimentos adotados no exame e instrução processual, assim como a de racionalização das normas de encaminhamento dos processos pelas entidades e órgãos jurisdicionados,



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**DELIBERA:**

**CAPÍTULO I**

**DO ENCAMINHAMENTO**

**Art. 1º** - Serão remetidos ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, para fins de registro e apreciação de sua legalidade, observando-se as normas estabelecidas nesta Instrução Normativa, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como as das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório (Constituição Federal, art. 71, III; Constituição do Estado do Pará, art.116, III).

**§ 1º** - A exigência deste artigo aplica-se às unidades dos Poderes dos Municípios e das entidades da administração indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

**§ 2º** - Para efeito do disposto no *caput*, consideram-se revisões posteriores que alteram o fundamento da concessão, as decorrentes de atos que:

- a) Incluem ou excluem vantagens financeiras de determinado servidor inativo;
- b) Transformem a inativação com proventos proporcionais em inativação com proventos integrais, ou vice-versa;
- c) Modifiquem parcela de direito pessoal decorrente de incorporação de cargos em comissão ou funções gratificadas.

**§ 3º** - As leis, aprovadas, sancionadas e publicadas, que versem sobre matéria objeto do *caput* deste artigo, devem ser encaminhadas a este Tribunal para subsidiar as análises.

**§ 4º** - A responsabilidade da remessa dos processos a que se refere o *caput* cabe aos Prefeitos, Presidentes das Câmaras Municipais, Presidentes dos



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

órgãos gestores previdenciários e às autoridades com delegação de poderes para praticarem tais atos.

§ 5º - A documentação deve ser encaminhada no original ou cópia autenticada pela Administração Municipal, não podendo conter rasuras ou emendas.

## CAPÍTULO II

### DO PRAZO

**Art. 2º** - O prazo de remessas dos atos referidos no *caput* do art. 1º é de 30 (trinta) dias, contados da data de sua assinatura, na forma do disposto no art. 30, I, da Lei Complementar nº 025, de 05.08.94.

## CAPÍTULO III

### DOS ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO E PROVA DOCUMENTAL

#### SEÇÃO I

#### DA ADMISSÃO DE PESSOAL

**Art. 3º** - Com relação aos atos de admissão de pessoal:

I - Quanto aos efetivos, devem os processos ser acompanhados do ato de nomeação do servidor, contendo referência ao concurso público correspondente, nome completo e cargo para o qual está sendo nomeado;

II - Além do disposto no inciso I, deve ser enviada, separadamente, a seguinte documentação:

- a) - Edital do concurso público que serviu de referência à nomeação do servidor efetivo, e aditamentos do edital, se houver;
- b) - Resultado final em ordem classificatória, por cargo, e a devida homologação;



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

c) - Documento que comprove a publicação da homologação do resultado final e da prorrogação, se houver, do concurso público;

d) - Legislação que criou os cargos objeto do concurso público.

III - Quanto aos temporários, devem ser os processos acompanhados dos seguintes documentos:

- a) O contrato, contendo em suas cláusulas qualificação das partes, discriminação do objeto, estipulação dos vencimentos, período de vigência do contrato e fundamentação legal que serviu de base ao ajuste;
- b) A exposição dos motivos ensejadores da contratação, indicando a excepcionalidade que deu causa à contratação temporária;
- c) Tabela salarial com vencimentos dos servidores efetivos com funções equivalentes as dos contratados para verificação de isonomia salarial, ou motivação que justifique vencimentos a maior de acordo com as circunstâncias que deram causa ao acerto contratual.
- d) Outros necessários, na conformidade com que a lei municipal dispuser.

## SEÇÃO II

### DOS ATOS DE APOSENTADORIA

**Art. 4º** - É indispensável ao registro dos atos de aposentadorias, a juntada dos seguintes documentos:

I - Ato individualizado da aposentadoria, acompanhado de 02 (duas) cópias, constando o seguinte:

- a) Nome completo do servidor;
- b) Cargo ou função que ocupa;
- c) Lotação;



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

- d) Citação dos dispositivos legais que respaldam a concessão do benefício, assim como de qualquer vantagem que esteja integrando o provento;
- e) Provento mensal, devidamente discriminado (provento básico e demais vantagens);

II - Requerimento do interessado, quando se tratar de aposentadoria voluntária;

III - Certidão de nascimento, ou documento equivalente admitido por lei, caso se trate de aposentadoria compulsória ou voluntária;

IV - Laudo médico comprobatório, fornecido por junta médica credenciada, se a aposentadoria ou reforma resultar de invalidez, atestando a incapacidade definitiva para a função pública em geral, acrescida do Código de Identificação da Doença-CID, devendo ser especificado, claramente, se a moléstia se enquadra nas determinantes de proventos integrais ou proporcionais, dispensada a junta médica no caso de o Município respectivo ter apenas um (1) médico;

V - Comprovação da publicação dos atos expedidos, devidamente datados e assinados;

VI - Na hipótese de o ato resultar do cumprimento de sentença judicial transitada em julgado, o processo deverá ser instruído com cópia da decisão, em termos que evidenciem a natureza e extensão do direito pecuniário reconhecido ao interessado;

VII - Prova de prestação do tempo de contribuição, que deverá ser feita através de:

- a) Certidão discriminativa, ou qualquer outro documento hábil, na forma da lei, elaborada e assinada pela autoridade competente, da qual deverão constar tempo de serviço averbado, prestado à União, Estados, Municípios e empresas privadas; faltas; suspensões; períodos de Licença-Prêmio e de férias não gozadas pelo servidor, devidamente fundamentados, permanecendo os processos respectivos nos órgãos de origem;



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

b) Informação detalhada, extraída dos assentamentos funcionais do servidor, elaborada e assinada pela autoridade competente, da qual deverá constar expressamente:

1- Todos os dados relativos à investidura;

2- Promoções, ascensões, transposições e transformações referentes ao cargo efetivo;

3- Penalidades;

4- Todos os períodos de afastamento do servidor;

5- Demonstrativo, ano a ano, do tempo de percepção de vantagens financeiras e do exercício de cargos em comissão ou funções gratificadas que gerem, ou não, direito à incorporação;

6- Que o tempo de serviço prestado pelo professor, no caso de aposentadoria especial aos 25 anos de serviço, se mulher, ou 30, se homem, foi de efetivo exercício em funções de magistério;

7- Que foi comunicado ao INSS, com citação do expediente e respectiva data, o aproveitamento do tempo de serviço prestado em atividade privada, para efeito de aposentadoria no serviço público, esclarecendo os exatos períodos averbados, afim de ser efetuada a competente anotação no órgão previdenciário, atendendo a exigência contida na Legislação Federal própria, quando a concessão se apoiar em contagem recíproca.

**Art. 5º** - A apostila de fixação, refixação ou retificação de proventos deverá indicar seu fundamento legal, que consistirá na menção expressa no artigo, parágrafo, inciso e alínea da lei, decreto e de qualquer outro ato que ampare cada parcela atribuída ao interessado.

**Art. 6º** - O processo de aposentadoria deverá conter, ainda, declaração da autoridade competente e do servidor sobre acumulação, ou não, de cargos, funções ou empregos na Administração Pública.



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**§ 1º** - Nos casos de acumulação:

I - A autoridade competente afirmará ser lícita, informando sobre os dados a ela concernentes, devidamente atualizados;

II - O servidor, além de mencionar o cargo, lotação e matrícula que detém em regime de acumulação, afirmará que o tempo de serviço computado não o beneficiou e nem o beneficiará em outra contagem.

**§ 2º** - Não havendo exercício cumulativo, as declarações da autoridade competente e do servidor, afirmarão que o interessado não acumula outro cargo, função ou emprego público em nenhum dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou em qualquer entidade da Administração Indireta (autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação).

### **SEÇÃO III**

#### **DOS ATOS DE PENSÃO**

**Art. 7º** - O processo de pensão deverá conter:

I - Ato individualizado da pensão, acompanhado de 02 (duas) cópias constando o seguinte:

- a) Nome completo do servidor;
- b) Cargo ou função que ocupa;
- c) Lotação;
- d) Citação dos dispositivos legais que respaldam a concessão do benefício, assim como de qualquer vantagem que esteja integrando o provento;
- e) Provento mensal, devidamente discriminado (provento básico e demais vantagens);

II - Certidão de óbito;

III - Certidão de casamento;



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

IV - Certidão de nascimento dos filhos e, se for o caso, de beneficiários dos instituídos;

V - Cópia autenticada da decisão judicial transitada em julgado, em termos que evidenciem a natureza e extensão do direito pecuniário reconhecido ao interessado, se necessário;

VI - Justificação judicial, ou procedimento administrativo competente, que atribua ao pensionário a qualidade de beneficiário, quando for necessário;

VII - Comprovação, mediante informações minuciosas, da ocorrência de acidentes de serviço e, se necessário, registros policiais ou particulares;

VIII - Processo de aposentadoria, quando o servidor falecido for inativo, ou os documentos exigidos no inciso VII, do artigo 3º da presente Instrução, quando se tratar de servidor ainda em atividade;

IX - Declaração do beneficiário de que não tem economia própria, quando a lei assim o exigir;

X - Demonstrativos das parcelas que compõem a pensão, indicando-se com precisão a fundamentação legal de cada uma.

**Parágrafo único** - É indispensável que os documentos indicados nos incisos II, III e IV sejam cópias autenticadas pela autoridade competente, não podendo conter rasuras ou emendas.

## CAPÍTULO IV

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 8º** - As exigências e os requisitos enumerados na presente Instrução não excluem o acréscimo de outros que forem necessários à apreciação da legalidade dos atos administrativos sob exame, podendo, para tanto, o Órgão Técnico propor devolução ao órgão de origem ou diligência externa, para saneamento dos processos .





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**Art. 9º** - O Órgão Técnico informará os processos com observância das exigências e dos requisitos indicados nesta Instrução, propondo à Presidência conforme o caso, registro, diligência quando implicar o mérito, ou devolução ao órgão de origem, quando se tratar de erros formais, para saneamento.

**Art. 10º** - Define-se como erro formal, a ausência dos elementos, atos, documentos e informações indicados nos artigos 3º, 4º, 6º e 7º e seu parágrafo único da presente Instrução.

**Art. 11º** - Verificada a ilegalidade dos atos concessórios, ou na outorga de vantagens, o Tribunal diligenciará ao órgão de origem, afim de que sejam adotadas as medidas corretivas, no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma só vez, mediante pedido tempestivo e devidamente justificado.

**Parágrafo único** - O prazo a que se refere este artigo aplicar-se-á também aos casos de devolução ao órgão de origem, quando se tratar de erros formais.

**Art. 12** - O julgamento de ilegalidade do ato concessório e das revisões, com a conseqüente recusa de registro, implicará a sua anulação (Constituição Federal, art.71, inciso III; Constituição do Estado do Pará, art.116, III);

**§ 1º** - A recusa do registro obrigará o órgão de origem a fazer cessar qualquer efeito decorrente do ato, a partir da ciência da decisão do Plenário, através do recebimento do processo, sob pena de ser o responsável obrigado ao ressarcimento das quantias pagas após aquela data, devendo o cumprimento destas determinações ser comprovado ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias.

**§ 2º** - O Tribunal promoverá inspeções, para verificação do fiel cumprimento de suas decisões.

**§ 3º** - Caso não seja suspenso o pagamento ou haja indício de procedimento culposos ou dolosos na concessão ou na outorga de vantagens sem fundamento legal, o Tribunal determinará a apuração de responsabilidade e o ressarcimento aos cofres públicos das despesas ilegalmente efetuadas.



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

**§ 4º** - Quando a ilegalidade verificada consistir na negação pela autoridade administrativa em dar imediato cumprimento à decisão do Tribunal, o responsável sujeitar-se-á às sanções previstas no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar 25/94.

**Art. 13** - Das decisões do Tribunal de Contas dos Municípios caberá recurso, na forma estabelecida no Título IV, Capítulo II, da Lei Complementar nº 25/94.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 14** - Em relação aos processos que já tenham dado entrada neste Tribunal e ainda pendentes de apreciação, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - Os processos que se encontram nos órgãos de origem ou no DAM (Departamento de Apoio aos Municípios), para cumprimento da diligência determinada pelo Plenário, ou de despacho saneador do Corregedor do Tribunal, havendo necessidade, manterão sua tramitação até a apreciação final;

II - Os processos em tramitação nos gabinetes dos Conselheiros serão, a critério do Conselheiro Relator, devolvidos à Presidência para fins de devolução à origem ou submetidos à apreciação do Plenário.

**Art. 15** - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 16** - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 04 de setembro de 2003.

**Conselheiro Aloisio Chaves**



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Presidente

Conselheiro **Haroldo Julião da Gama**

Conselheiro **Paulo Dourado**

Conselheiro **Laudelino Pinto Soares**

Conselheiro **Alcides Alcantara**

Conselheiro **Ronaldo Passarinho**

Conselheira **Rosa Hage**